

baderna 18 JUN 1987

O TRABALHO das comissões temáticas da Assembleia Constituinte foi perturbado, em alguns casos gravemente, por uma pressão inidônea e antidemocrática. Ela começou nos corredores e se instalou nas galerias, onde grupos organizados gritavam e vaiavam sem cessar. Houve momentos em que os manifestantes jogavam moedas contra os parlamentares, acusando-os de corrupção; houve episódios de agressão física a espectadores pacíficos; houve, em suma, baderna.

CERTAMENTE a isso não se ousará dar o nome de democracia participativa. Pelo contrário: a vontade imposta por baderneiros é a de uma minoria — escassa minoria, que tenta se fazer maior pela força do grito. A voz que o tumulto tenta calar é a do povo, expressa pelo voto e personificada em representantes livremente eleitos.

A NECESSIDADE de proteger o livre debate parlamentar de influências espúrias faz com que os Paramentos das mais adiantadas democracias do mundo exerçam rígido controle sobre as suas galerias. São lugares de ingresso rigidamente controlado e nos quais qualquer manifestação, por mais discreta que seja, significa expulsão imediata. Não se confunde o privilégio de assistir ao trabalho legislativo com a presunção de dele participar, pelo estímulo ou intimidação.

A MESA da Constituinte anuncia providências — como a redução para 200 do número de espectadores — para impedir que se repitam os vergonhosos espetáculos da última semana, tanto na votação na Comissão de Sistematização como, e principalmente, na discussão da Constituição pelo plenário.

DEVE-SE reconhecer, no entanto, que mesmo esses 200 poderão, se lhes for permitido, tumultuar o que deve ser um dos momentos cruciais do processo de reordenação institucional do País. Mas não o farão, se a Assembleia adotar todas as precauções que são de seu dever.

QUANDO um Parlamento age em sua própria defesa, está defendendo também a democracia, contra aqueles que buscando desmoralizá-lo é a ela que tentam ferir.